

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2021/048995.

RECORRENTE: VITOR VIVAS DA CRUZ.

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA – SIT.

AUTO DE INFRAÇÃO: R001483206.

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº**EMENTA: Art. 218, Inciso I do CTB - Multa por transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%". Prazo para Apresentação do Condutor já Decorrido quando do recebimento da NAI. Arquivamento do auto que se impõe. Recurso Conhecido e Provido.****Relatório**

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo representante, em oposição ao rigor do art. 218, Inciso I, do CTB, por "Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%", na data de 03/07/2021, na Rod. BA099, Km 23,6, Sentido decrescente, na cidade CAMAÇARI/Bahia.

O Recorrente alega "que não recebeu em tempo hábil para fazer defesa e transferência do condutor, não foi entregue a NAI pelos correios em tempo hábil.

O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou como documento de identificação CNH, cópia da CRLV, cópia da NAI e comprovante de endereço conforme consta no DETRAN em seu prontuário.

O presente processo encontra-se Instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito com foto do veículo captada pelo equipamento de radar no momento da infração, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processual, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, verifico que as razões recursais atendem aos interesses legais do recorrente no que se refere à alegação de cerceio de supressão do prazo para apresentação do condutor e Defesa Previa, pois, quanto ao prazo decadencial de 30 (trinta) dias que concerne no ato da administração expedir a NAI, o que se perfaz com a entrega da correspondência aos Correios, não é possível nem supor qualquer irregularidade, tendo em vista que a infração de trânsito ocorreu em 03/07/2021, sendo a NAI expedida no prazo legal, pois se deu em 30/07/2021, ou seja, em apenas 27 dias após lavrado o AIT, não sendo possível acolher eventual impugnação levantada neste sentido, pois observado pela SEINFRA/SIT o quanto determinado no artigo 4º, §1º da Resolução CONTRAN nº 619 DO CONTRAN, de transcrição abaixo:

Art. 4º À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º Quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio. (Grifei)

Noutra senda, da análise da cópia da NAI, em confronto com o Relatório de Notificação AR – Digital, percebe-se que o prazo para apresentação do condutor, em 24/08/2021 e impugnação do AIT junto à Comissão de Defesa de Autuação, em 08/09/2021, quanto ao prazo de condutor totalmente suprimido, pois foi recebida a NAI em 03/09/2021.

Em que pese e como já dito, o Órgão Autuador tenha agido diligentemente, pois promoveu a expedição da NAI dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, nos termos informados acima, percebe-se que a correspondência foi entregue no endereço do Recorrente, o que implicou, por óbvio, cerceio de defesa por supressão parcial do prazo para apresentação de condutor.

Assim, imperioso se faz atenção aos Princípios da Legalidade e da Autotutela no caso em análise, a fim de manter a segurança e transparência do ato administrativo.

Sumulada pelo STF, a previsão da Administração anular, mesmo de ofício, seus próprios atos quando eivados de vício que os tornam ilegais é mandatória, vez que deles não se originam direitos, do contrário, o comportamento estatal fica passível de caracterizar dano reparável ao administrado recorrente. Vejamos:

Súmula 473 STF:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (Grifado)

Diante do exposto, verifica-se que as razões recursais atendem aos interesses legais do Recorrente no que se refere à supressão integral/parcial do prazo para apresentação do condutor, o que se manifesta como prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório, em face do evidente comprometimento da sua ampla defesa e contraditório, VOTO no sentido de CONHECER do recurso interposto, dando-o por PROVIDO, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R001483206 lavrado contra VITOR VIVAS DA CRUZ, insubsistente conforme o art. 281, parágrafo I do CTB, determinando o seu arquivamento.

Resolução

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, julgando **insubsistente** o Auto de Infração de nº. **R001483206** determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Sala das Sessões da JARI, 14 de fevereiro de 2023.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI